

“É a terra que querias ver dividida”¹: a questão fundiária na literatura brasileira

Victor Hugo Adler Pereira²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: O modelo de posse da propriedade no Brasil, no campo ou na cidade, relaciona-se a problemas recorrentes no país, como as extremas desigualdades sociais e o êxodo rural, agravando a carência de habitações dignas para a classe trabalhadora, o desemprego e a violência nas cidades. Associa-se o regime de propriedade, cujas linhas gerais estabeleceram-se na construção do país como nação independente de Portugal, ao modelo jurídico de “cidadania diferenciada” (James Holston). Algumas obras literárias de autores modernos e contemporâneos apresentam as consequências desse modelo no destino de indivíduos e de comunidades rurais e urbanas. Esse trabalho examina diferentes abordagens desse problema em dois momentos históricos, em que se revelou a gravidade e a extensão dele, coincidindo com dois importantes surtos modernizadores, nos anos 1930 e nos anos 1960; portanto, no regime Vargas e após a política desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek. Para esse estudo, privilegia-se o romance de José Lins do Rego, *O moleque Ricardo* (1935), relacionando-o aos de outros autores da chamada geração de 30; e o diário da favelada Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo* (1960). A seguir estabelece paralelos com dois romances da primeira década do século XXI, da escritora Conceição Evaristo, *Ponciá Vicêncio* (2003) e *Becos da memória* (2006). Estes romances trazem à cena as repercussões atuais do modelo de modernização excludente implantado no país.

Palavras-chave: Literatura e modernização excludente no Brasil. Literatura e questões fundiárias no Brasil. Êxodo rural e literatura brasileira. Literatura de escritoras faveladas.

A literatura brasileira, desde pelo menos os anos 1930, tem explorado as consequências da manutenção de uma política de distribuição da terra de consequências nefastas para o campo e a cidade. A exploração do trabalho nos latifúndios rurais, com a expulsão da força de trabalho excedente que inchou as cidades de migrantes rurais se caracterizou como grave problema para o país e atravessou essas quase oito décadas, revelando novas facetas. Esse fenômeno e seus impactos na trajetória de vida dos indivíduos tornaram-se móvel da criação ficcional de grande relevo na década de 30, não somente como tema, mas exigindo

¹ Verso do Auto de Natal pernambucano *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto.

² Professor Associado do Instituto de Letras da UERJ; Procientista UERJ / FAPERJ; bolsista-pesquisador CNPQ. Entre outros trabalhos, publicou os livros: *A musa carrancuda: teatro e poder no Estado Novo*; *Nelson Rodrigues e a obs-cena contemporânea* e *Nelson Rodrigues: freudismo e carnaval nos teatros modernos*. E-mail: vhap@uol.com.br.

procedimentos literários que dessem conta de sua violência e sensibilizasse os leitores de diferentes camadas da sociedade desde então. Infelizmente, a sua permanência e suas metamorfoses justificam continuar a ser uma fonte da criação literária ainda na atualidade: o país se modernizou, atravessou um longo período ditatorial, decretou-se a superação das práticas autoritárias deste, mas consolidaram-se e não se tocaram nas garantias sobre a posse desigual e excludente da terra e a exploração do trabalho – que chega mesmo, em seu extremo, ao emprego da mão de obra escrava em pleno século XXI.

Nesse trabalho, examino algumas obras que exploraram os problemas da posse da terra e do êxodo rural nos destinos individuais, como tema que suscitou recursos narrativos particulares. No século XX, destacam-se, na obra de Jorge Amado e Graciliano Ramos, os romances *Vidas Secas* (1938) e *Seara Vermelha* (1946), pela acuidade com que analisaram a conjugação dos problemas climáticos com a perversidade dos mecanismos de poder relacionados à posse da terra no Brasil. Ainda na década de 30, as dificuldades de um migrante rural em se adaptar à cidade grande e se posicionar diante dos conflitos que a agitavam no processo de modernização são o núcleo da temática explorada em um romance de José Lins do Rego, *O Moleque Ricardo* (1935). Obras mais recentes focalizam dificuldades semelhantes enfrentadas pelos migrantes rurais, nos anos 1960 e no início do século XXI, conforme pode ser verificado no paralelo que estabeleço entre as de José Lins e os livros *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, publicado em 1960, e os romances de Conceição Evaristo, em especial *Becos da Memória*, publicado em 2006 – obras de mulheres negras e de origem favelada. No exame destas obras, apontando para as origens remotas do problema fundiário no Brasil, analisa-se o modo com que algumas vozes femininas que emergiram das favelas procuram inventariar as relações entre a instabilidade e precariedade da habitação nesses espaços da exclusão e as condições impostas a africanos e afrodescendentes na escravidão. Entre as sequelas herdadas, como procurarei explicar adiante, o fato de os favelados viverem sob a ameaça constante de remoção pelos governos, como os africanos sujeitos ao tráfico negreiro e aos deslocamentos e mudanças de ambiente e formas de trabalho segundo os caprichos de seus proprietários. Em resumo, questões relativas à posse da terra no campo e na cidade, discutidas nos anos 30 e 40 nos romances de Lins do Rego e Jorge Amado, ressurgem nos escritos de Carolina Maria de Jesus, em plena euforia desenvolvimentista do início dos anos 60 e, ainda, na primeira década do novo milênio, nos

romances de Conceição Evaristo – comprovando o caráter excludente da modernização implantada no país.

Coronéis e ruralistas

Os grandes proprietários rurais, que representam os interesses do chamado agronegócio, para a expansão das grandes extensões de terra, com uso um tanto descontrolado de agrotóxicos e tecnologia que dispensa um uso de número expressivo de trabalhadores, combatem medidas de controle ambiental, a divisão e distribuição de terras para lavradores e a demarcação de propriedades indígenas. Manipulam conflitos violentos no campo e contam para a institucionalização de suas posições com um estofamento legislativo no Congresso Nacional, garantido por uma “bancada ruralista” muito influente e numerosa, conforme registro de outubro de 2013: “É a maior bancada do Congresso Nacional. Oficialmente conta com 162 deputados e 11 senadores, sob a sigla de Frente Parlamentar da Agropecuária” (BANCADA, *Carta Maior, on-line*).

Fica clara a continuidade entre a influência dos coronéis, grandes proprietários que procuravam manipular os governos nas primeiras décadas do século XX, e a influência do setor do agronegócio na política e na economia até a atualidade, transitando entre governos de vários matizes ideológicos que se sucederam depois da ditadura militar. A persistência e até mesmo o crescimento do poder desse setor apresentou-se recentemente, na escolha do ministério da Presidente Dilma Rousseff, reeleita, em 2014, por uma coalização de partidos identificados historicamente com posições de esquerda. A senadora pelo estado de Tocantins, Kátia Abreu, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que defende os interesses dos grandes proprietários rurais do Brasil foi nomeada Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apesar dos inúteis protestos de algumas figuras de destaque e políticos dos partidos mais “à esquerda” da coalizão. Conforme sua página oficial na Internet essa escolha “consolidou o prestígio do agronegócio” (BIOGRAFIA, *on-line*).

A questão da terra teve destaque especial em alguns momentos da história do país. Nos anos 60, os interesses dos proprietários rurais influíram de modo decisivo na crise política que levou ao golpe que derrubou o presidente João Goulart. Suas propostas de “reformas de base” incluíam as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária, propondo também o voto dos analfabetos, maior intervenção do Estado na economia e maior controle do

capital estrangeiro no país. Entretanto “o carro-chefe das reformas era, sem dúvida, a reforma agrária que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais” (CPDOC, As reformas, *on-line*).

Discutindo a questão do campo, e fundamentando a necessidade da luta pela reforma agrária, mobilizou-se também, nos anos 60, a produção artística, especialmente no campo da música, do teatro e do cinema. A discussão sobre a manutenção de estruturas arcaicas no campo e a necessidade de encontrar caminhos para sua transformação motivou algumas das realizações mais importantes na filmografia brasileira, ou, pelo menos, do Cinema Novo: *O Pagador de promessas* (1962), de Anselmo Duarte, *Vidas secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos, e *Deus e o diabo na terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha. Estas obras primas, surgidas depois da euforia desenvolvimentista do governo JK, refletem uma guinada na produção intelectual que se tornava cada vez mais politizada no país, conforme registra Carlos Guilherme Mota (1977, p. 191). O cinema colocava em circulação na cultura urbana a imagem de uma parte do país relegada à dureza climática e à dominação dos latifundiários, com o apoio dos setores tradicionalistas da Igreja Católica.

Uma obra literária publicada em 1955 terá grande repercussão, daí por diante, pelos recursos estéticos empregados para uma complexa análise da continuidade que se estabelece entre a exploração e a exclusão social entre o campo e a cidade: *Morte e Vida Severina: auto de Natal pernambucano*, de João Cabral de Melo Neto. A encenação dessa obra, em 1965, pelo grupo TUCA, dirigido por Roberto Freire, ganhou ainda mais fôlego por se basear numa versão musical do jovem compositor Chico Buarque. João Cabral desenvolvia e sofisticava a experiência de Jorge Amado de integrar formas literárias canônicas com as tradições da poesia popular nordestina, criando uma obra que recorrentemente é retomada em produções cinematográficas e televisivas, comprovando a sua atualidade.

Junto ao retirante, vitimado pela seca e opressão dos poderosos, cristaliza-se nos anos 60, a representação do poder rural na figura do coronel – vinculando-a principalmente à sua influência no Nordeste e tornando-a um símbolo do “atraso” do país, considerado por tendências influentes no pensamento social a causa maior das injustiças sociais. Essa figura enraíza-se na história da estrutura jurídica e administrativa do Império brasileiro. Conforme o historiador Basílio de Magalhães, a Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831, e, desde então até a sua extinção no regime republicano, em cada município brasileiro existia um regimento comandado por um coronel (*apud* LEAL, 1975, p. 20-21). Os coronéis

manipulavam autoridades judiciais e controlavam grupos armados que sufocavam qualquer tentativa de transformação nas práticas instauradas nos latifúndios que predominavam no país, sobre a pequena propriedade no país, exceto na região Sul. Sua influência estendeu-se ao século XX especialmente no Nordeste, seu enraizamento na sociedade local explica serem, até hoje, chamados popularmente de “coronéis” os que têm em mãos o poder de dirigir a vida política no interior do país (LEAL, 1975, p. 20-21).

A condução de políticas governamentais que sustentavam a monocultura e a grande propriedade já era avaliada, durante o Segundo Império, por Joaquim Nabuco, como um problema com grandes repercussões na sociedade brasileira. Na obra *O abolicionismo*, de 1883, ele atribuía à monocultura escravista o fato de o país se manter despovoado no interior e de não estar formando uma classe média, além de provocar um esgotamento das terras utilizadas: “Há o opulento senhor de escravos, e proletários. A nação, de fato, é formada de proletários, porque os descendentes dos senhores logo chegam a sê-lo” (NABUCO, 2000, p. 111). Sua proposta de abolição imediata da escravatura prevê paralelamente uma mudança no regime de propriedade fundiária e no planejamento da atividade agrícola no Brasil.

No entanto, ainda na segunda metade do século XX, não haviam sido realizadas reformas que tocassem nas grandes propriedades rurais que dominavam a maior parte do país. O êxodo rural continuava a provocar o crescimento de extensas áreas povoadas em torno das grandes cidades brasileiras e o aumento da população em favelas que, em cidades como o Rio de Janeiro, passaram a dividir até o território dos bairros mais nobres.

O crescimento das periferias nas grandes cidades, a partir dos anos 40, deve-se também, segundo James Holston (2013, p. 217), às demolições, para a “renovação” urbana, à especulação imobiliária e aos efeitos da Lei do Inquilinato, promulgada em 1942 e mantida até 1964. Para ele, o congelamento dos aluguéis em patamares de 1941 desestimulou investimentos para construção de imóveis novos para a locação e provocou despejos em massa, devido ao desejo dos proprietários de encontrarem novos inquilinos a quem cobrassem aluguéis com valores mais altos. Assim, a destruição dos cortiços, nos centros urbanos das cidades brasileiras, e a remoção de favelas levaram as populações mais pobres a se deslocarem para regiões mais afastadas das cidades “desprovidas de transporte confiável, eletricidade, água, hospitais ou qualquer outro serviço” (HOLSTON, 2013, p. 219).

Errantes sem terra, sem pouso definitivo

Algumas importantes obras de ficção de escritores nordestinos, a partir da publicação do romance *A bagaceira* de José Américo de Almeida, em 1928, enfocaram as correntes de migração rural, motivadas por razões climáticas e vinculadas ao regime de propriedade fundiária, e sua interferência na vida coletiva e individual. Nesta obra considerada como marco do surgimento de uma “segunda geração modernista”, o êxodo de lavradores que inicia a narrativa é motivado pelas condições climáticas: “Não os liberta a fuga, pois ‘fugiam do sol e o sol guiava-os nesse forçado nomadismo” (ALMEIDA, 2008, p. 29). Em 1933, Jorge Amado, um dos expoentes dessa geração, em seu segundo romance, *Cacau* (1933) apresenta outras motivações que levam o protagonista do campo à cidade: a necessidade dos jovens trabalhadores de sair da esfera de influência do coronel e de sua família: o protagonista, trabalhador pobre, não aceita a sugestão da filha do patriarca, por quem se apaixonara, de se submeter a ser protegido por ele para remediar sua condição de trabalhador pobre. Decide responder ao apelo de um amigo, fugido da fazenda, para encontrar na cidade novas possibilidades de luta contra a injustiça que se perpetuava no campo, conforme registra o protagonista-narrador no desfecho da trama: “Olhei sem saudades para a casa-grande. O amor pela minha classe, pelos trabalhadores e operários, amor humano e grande, mataria o amor mesquinho pela filha do patrão. Eu pensava assim e com razão” (AMADO, 1969, p. 221).

Mais tarde, em 1946, Jorge Amado publica *Seara vermelha*, romance que narra o destino de uma família de trabalhadores que, expulsa das terras que cultivava, se lança ao êxodo para São Paulo. Através dos personagens que integram essa família, analisam-se as possibilidades de resistência, fuga ou rebelião contra a exploração e o arbítrio dos poderosos: o cangaço, a prostituição, o messianismo ou o engajamento político. O desenraizamento do proletário brasileiro provocado pela exploração do trabalho no campo e na cidade é descrito no início do romance:

É uma viagem que há muito começou e ninguém sabe quando vai terminar porque todos os colonos que perderam a terra, os trabalhadores explorados, as vítimas da seca e dos coronéis, juntam seus trapos, seus filhos e suas últimas forças e iniciam a jornada. E enquanto eles descem em busca de Juazeiro ou de Montes Claros, sobem os que voltam, desiludidos, de São Paulo, e é difícil, se não impossível, descobrir qual a maior miséria, se a dos que partem ou a dos que voltam (AMADO, 1965, p. 60).

No romance *Fogo morto*, de José Lins do Rego, publicado em 1943, considerado pela crítica como um dos mais importantes dessa safra de literatura de autores nordestinos, a

questão da terra se concentra na relação entre o seleiro José Amaro e o coronel decadente Lula de Holanda. O coronel possui a terra, mas perdeu o poder econômico, não tem tino para fazer alianças políticas ou aproveitar o apoio que o vizinho, mais poderoso e rico, coronel José Paulino, oferece. Apesar de sua reconhecida decadência, decide expulsar o seleiro José Amaro de suas terras, passando por cima, até mesmo, do apoio que este recebe do cangaceiro Antônio Silvino. O seleiro era homem que se considerava independente, pois vivia de seu trabalho artesanal, de beira de estrada, onde fazia contato com viajantes e recebia notícias de toda a região. As reações emocionais provocadas no seleiro por essa exigência do coronel são analisadas na narrativa:

Há uma semana que tinha sido posto para fora de sua casa pelo senhor de engenho. A mulher fora passar uns dias na casa do compadre Vitorino. E nunca em sua vida se vira tão só, tão separado do mundo. Se não fosse o negro Passarinho que estava dormindo em sua casa, não teria com quem trocar uma palavra. Deixara os trabalhos e só fazia imaginar como iria se arranjar neste mundo. A princípio pensou que fosse fácil abandonar aquela casa. Nunca sentira por aquele pedaço de terra o que agora estava sentindo. Viu que era duro abandonar aquela besteira que via todos os dias como coisas sem importância. O pé da pitombeira, as touceiras de bogaris, aqueles cardeiros de flores encarnadas, o chiqueiro dos porcos, a estrada coberta de cajazeiras, tudo teria que deixar, tudo estaria perdido para ele. Alípio lhe dera aquele conselho. Manuel de Úrsula lhe falara em direito. Direito de pobre. Não podia haver direito de pobre (REGO, 2010, p. 281).

Ressalta no desenvolvimento da trama a análise das emoções e das transições da psicologia do seleiro José Amaro, entre sua arrogância e impaciência com transeuntes, com sua mulher e com a sua filha, até o sentimento de abandono e o reconhecimento da dependência e da condição subalterna. O modo com que foi construído esse personagem levou Mário de Andrade a afirmar que “na análise magistral do mestre José Amaro, José Lins do Rego nos dá um personagem popular e analfabeto, sem o primarismo falso, este sim, primarismo analfabeto, com que os nossos romancistas “sociais” concebem e expõem o homem do povo como um ser de psicologia fácil, precária e lógica” (apud: REGO, 2010, p. 22-23).

Com análoga complexidade psicológica, José Lins do Rego já havia elaborado o protagonista do romance *O moleque Ricardo*, publicado em 1935, colocando em cena os impactos do êxodo rural na vida de um jovem camponês negro. O protagonista fará o duplo percurso, citado anteriormente neste trabalho, em busca de uma cidade grande – não São Paulo, como na obra de Jorge Amado, mas Recife – e de volta ao engenho Santa Rosa, no

interior da Paraíba. Nesta obra de Lins do Rego, a crítica à exploração do trabalhador toma rumos bastante diferentes daqueles percorridos pelos romances de Jorge Amado. Este escritor, que já se afinava ideologicamente com o Partido Comunista nos anos 30, articulava sua obra a partir de referências marxistas para analisar os mecanismos de exploração, no campo e na cidade, e as reações possíveis dos trabalhadores a eles. As experiências formais para a criação de um “romance proletário” brasileiro, conforme Eduardo de Assis Duarte (1995, p. 45), representam uma procura de resolver esteticamente a proposta de usar o romance como instrumento de difusão do ideário marxista e de proselitismo para a filiação ao partido comunista.

Em *O moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, evidencia-se a exploração do discurso indireto livre, para tornar o romance uma peça de exploração das contradições ideológicas na sociedade nordestina, deixando por conta da perspectiva, muitas vezes ingênua, do jovem protagonista indagações sobre a ordem patriarcal e as formas de exploração do trabalho no capitalismo, que se manifestavam na cidade, e as lutas contra elas. Através desse recurso, provoca a dúvida sobre a eficácia das formas de luta política e as possibilidades de adesão a elas pelo migrante de origem rural – dúvida que contrasta com a certeza do caminho correto a ser seguido na trajetória dos personagens de Jorge Amado.

O moleque Ricardo foge do engenho Santa Rosa, referência recorrente na obra de José Lins do Rego, ali gozava de alguns privilégios oriundos da estima do coronel Zé Paulino. Ao tentar se enraizar em Recife, demonstra dificuldades de compreensão da sociedade urbana em grande ebulição, entre os anos 20 e 30. Ricardo consegue emprego em uma padaria, onde também cai nas graças do patrão: Seu Alexandre. O português, que tratava com rigor os outros empregados, muito rápido concedeu ao protagonista uma função mais bem paga e menos desgastante que a dos forneiros e masseiros. Apesar desse tratamento, Ricardo tendia sempre a considerar as vantagens que havia em estar sob a proteção de um coronel, a partir do momento em que se vivia e trabalhava em suas terras. Considerava desvantajosas as relações instituídas com o trabalho assalariado, deixando a cargo do trabalhador cuidar de sua sobrevivência, pagar por bens e serviços indispensáveis que nem o Estado nem o patrão proviam – e o salário não era suficiente para garantir. O convívio com a família do colega de trabalho na padaria, Florêncio, provocava essas avaliações comparativas de Ricardo:

Ricardo ficou com o pensamento na casa de Florêncio. Os meninos eram amarelos como os do engenho, mas eram mais infelizes ainda. Lá eles tinham o rio e a capoeira para entreter os vermes e o impudismo. Os filhos de Florêncio faziam concorrência com os urubus, cascavilhando no lixo. [...]

Aquele curtume piorara tudo. Não sabia por que o governo deixava aquilo. Pobre não tinha direito de reclamar. (...) Ricardo achou então que havia gente mais pobre do que os pobres do Santa Rosa. Mãe Avelina vivia de barriga cheia na casa-grande. Se ela viesse para ali e caísse naquela vida? Se os seus irmãos saíssem para o lixo, ciscando com os urubus? Florêncio ganhava quatro mil-réis por noite. O que eram quatro mil-réis em Recife? Uma miséria. Por isso o outro falava em greve, com aquela força, aquela vontade de vencer (REGO, 2006, p. 503-504).

O fato de receber um salário baixo não proporcionava as condições de sobrevivência ao masseiro Florêncio. E uma das consequências disso, além da má alimentação, em nada comparável à barriga cheia de Mãe Avelina, na fazenda, era a moradia em local mais insalubre do que as terras de Zé Paulino. A narrativa, que assume o ponto-de-vista de Ricardo, não releva, nesse momento, quaisquer outras conquistas dos trabalhadores urbanos, como a autonomia em relação a chefes políticos locais. Ao focar a partida de Ricardo da fazenda sem aviso à mãe ou ao coronel, será evocada a escravidão para esclarecer as relações entre o moleque e o proprietário rural:

Se fosse no outro tempo, o capitão-do-mato daria conta da peça de primeira, os jornais anunciariam as qualidades, os sinais de Ricardo, até que ele voltasse para os seus, para a mãe e o dono. Ambos lhe queriam bem, bem diferente. O Coronel ainda gritou: - “Negro fujão, pensa que lá por fora vai ter vida melhor. Vai é morrer de fome. Outros têm se arrependido”. Mas o Coronel sentiu o seu moleque fugido. Andou a tatear atrás de outro que o substituísse. [...] Tateou uma semana até que se decidiu por um. Fez-lhe falta o seu moleque ensinado (REGO, 2006, p. 479).

A referência à memória da escravidão está presente na identificação inicial no trecho citado entre o jovem (chamado de “peça”) que abandona a fazenda e um escravo fugido, o que se reflete nas reações do coronel: imagina que sem a sua proteção não é possível a sobrevivência do jovem, mas se conforma e procura “adestrar” outro rapaz nas tarefas que Ricardo realizava. A narrativa parece tender a relativizar a relação autoritária entre o coronel e o jovem, demonstrando o reconhecimento pelo valor do empregado e certo laço afetivo, ao comentar que o coronel “sentiu”. Entretanto, a expressão “moleque ensinado” aponta em outra direção, já que “moleque” é um termo herdado da escravidão e “ensinado” remete mais à habilidade e eficiência do coronel ao submeter o sujeito ao adestramento para o trabalho, que às qualidades de quem foi submetido.

Revela-se, na obra de José Lins do Rego, um interesse do escritor em distinguir diferentes modos dos latifundiários que integravam sua família encararem o legado da escravidão e de registrar como se manifestavam resquícios desta instituição nos anos 20 - 30

ou 40, anos após a Abolição. Em determinada passagem do romance *Bangüê*, publicado em 1934, comparam-se as relações patrão-empregados no engenho Gameleira, governado pela Tia Maroca, e o Santa Rosa, propriedade do avô do narrador e do autor, o coronel José Paulino. O narrador-protagonista comenta as atitudes de Tia Maroca:

Dava remédios aos moradores, mas não passava o dia na cozinha como as primas da Várzea. Nunca lhe vi negra catando piolho ou em conversa, contando enredadas. Só ia à cozinha dar ordens. Podia ser muito severa com as negras, mas pagava aluguel, tendo-as como empregadas a tanto por mês. O regime servil não deixara remanescência da casa-grande do Gameleira (REGO, 2006, p. 380).

O trabalho assalariado e a distância entre a proprietária do engenho e seus empregados contrastava com o regime vigente no engenho Santa Rosa: “No Santa Rosa as negras foram ficando a trabalhar pelo que comiam e vestiam, como antes de 88. Comiam bem. Os filhos se criavam na fartura e era tudo para elas” (REGO, 2006, p. 380). A permanência da relação baseada na troca do trabalho pelos meios de subsistência é interpretada como uma vantagem para os trabalhadores, conforme se constata na continuidade das comparações pelo narrador-protagonista. Comenta o rigor do regime imposto por Tia Maroca, no engenho Gameleira, em que, se pagava salário, não permitia o “abuso” na alimentação como o que vigorava no Santa Rosa: “A velha Maroca corrigia este abuso. Os seus serviçais faziam ordenado. Tempo do cativo tinha passado”. No entanto, um pouco adiante, acrescenta:

A negra Josefina que engomava no Gameleira tinha dinheiro na caixa. Lá por fora, porém, a coisa era outra. A gente pobre era mais pobre. A boubá abria chagas nos meninos e a maleita crescia a barriga do povo. Havia gente menos infeliz no Santa Rosa. Pelo menos, o velho Zé Paulino não mandava o feitor olhar as farinhadas para cobrar as cuias do fisco. Em terras dele haviam <sic> moradores abastados, a cozinha era cheia. Quem chegasse ali, não saía de barriga vazia (REGO, 2006, p. 380).

Vale registrar a frequência com que nas obras de Lins do Rego se afirma que, pelo menos, os trabalhadores nas terras de Zé Paulino comiam bem, em contraste com trabalhadores assalariados no campo e na cidade. Muitas vezes, se dá a entender que nas fazendas, como a de Zé Paulino, em que o pagamento de salário não havia sido implantado, isso não incomodava muito os trabalhadores.

Nesse sentido, José Lins do Rego adota um discurso sobre a escravidão semelhante ao revelado por José de Alencar na publicação em 1867, em pleno debate sobre a abolição, de “Ao imperador: novas cartas políticas de Erasmo” (Alencar, 2008). Sob o pseudônimo tomado do humanista holandês, Alencar dirige-se publicamente a D. Pedro II para criticar

suas atitudes simpáticas à abolição e refutar os abolicionistas, defendendo a manutenção da escravidão no país - pelo menos por mais algum tempo – já que considerava que ela protegia os africanos e afrodescendentes, “incapazes” de cuidar da própria sorte. Acrescentava que as relações entre senhor e escravo no Brasil tinham sido abrandadas de sua violência e injustiça devido às características de nossa cultura (ALENCAR, 2008, p. 91).

O discurso paternalista sobre as relações de trabalho no Brasil, vez por outra, ainda se fundamenta em discursos como esse, que repercutem desde o século XIX em diferentes estratos da população, mesmo em setores subalternos. Como será explicado a seguir, até quando, na segunda metade do século XX, surge um primeiro testemunho de sujeito subalterno sobre a crueza das desigualdades sociais no Brasil, aparecem resquícios das perspectivas patriarcais e paternalistas, demonstrando o quanto ainda são influentes no país.

A modernização excludente

Em 1960, quando se alardeia o sucesso de um projeto modernizador que a mídia ainda costuma chamar de “os anos dourados”, em que surgia a Bossa Nova e se construía uma nova capital com arquitetura moderna, a publicação dos relatos sobre o cotidiano em uma favela da periferia da cidade de São Paulo provocou impacto e polêmicas. O diário de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo*, tem momentos pungentes, de um contraste gritante com aquele outro país:

2 de agosto – Vesti os meninos que foram para a escola. Eu saí e fui girar para arranjar dinheiro. Passei no Frigorífico, peguei uns ossos. As mulheres vasculham o lixo procurando carne para comer e elas dizem que é para os cachorros.

Até eu digo que é para os cachorros... (JESUS, 1960, p. 103).³

A favelada registra a continuidade do modelo excludente de sociedade que acompanhou a modernização do país. Traz à cena cultural o avesso da modernização, associado à permanência ou criação de novos sintomas de “atraso”, que discrepava com o discurso oficial e que a intelectualidade começava a denunciar de modo mais vigoroso e concertado.

Entretanto, assim mesmo, nesse diário, observam-se os resquícios do discurso paternalista que apontamos nas obras de José Lins do Rego, em especial, naquelas em que o narrador assume a perspectiva da criança que viveu as experiências do engenho de seu avô. A

³ Em todas as citações deste trabalho mantive a ortografia original do livro publicado por Carolina Maria de Jesus, segundo a edição organizada pelo jornalista Eudálio Dantas (cf. referências bibliográficas).

oscilação na obra de Carolina de Jesus é, às vezes, abrupta, entre certo tom sentimental, que acolhe atitudes paternalistas, e o registro cru das condições miseráveis e da desigualdade social. Este outro tom coloca em xeque de imediato, como uma atitude fortuita, os gestos de bondade ou consciência que aparecem entre os que não viviam a situação de pobreza no país. Essa oscilação ocorre, por exemplo, no trecho abaixo:

13 de maio – Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.
... Nas prisões os negros eram os bodes expiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz [...].
... Eu tenho dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:
- Viva a mamãe!
A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha (...).
E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (JESUS, 1960, p. 32).

Em outras passagens a escravidão é evocada pelo legado da violência no trato com as classes populares por autoridades e representantes da ordem, como os policiais. Estes atuam junto às classes populares de modo semelhante ao que atuavam os feitores de escravos, perpetuando as práticas da escravidão embora ela já estivesse abolida formalmente há cerca de setenta anos na época enfocada nos relatos da favelada. Observe-se, através do relato de Carolina de Jesus, que tal atitude continua sendo corriqueira no país:

11 de agosto – Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 1960, p. 106).

A presença, em todo o diário, da preocupação com a fome denuncia a gravidade do problema e sua permanência nos bolsões de miséria das periferias urbanas e justifica a insistência com que Lins do Rego utiliza o fato de não deixar seus trabalhadores passarem fome para relativizar a estrutura patriarcal mantida no engenho do avô Zé Paulino.

Joel Rufino dos Santos chama a atenção para a crescente politização do discurso de Carolina de Jesus, ocorrida a partir do contato com o jornalista Eudálio Dantas, que foi responsável pela publicação de seus escritos, e com a intelectualidade, interessada em seu depoimento e em sua figura humana (SANTOS, 2009, p. 41). Entretanto, as observações de

seu diário – se não se colocar em questão a interferência do jornalista - demonstram a capacidade da favelada em articular situações ocorridas no cotidiano com problemas históricos e com as medidas governamentais. Depois da publicação do diário em livro, Carolina Maria de Jesus conseguiu muita visibilidade no Brasil e no exterior. Numa visita à Argentina, um jornalista pergunta à Carolina de Jesus: “o que vão fazer para os brasileiros para extinguir as favelas”? A resposta veio clara, conforme publicado na coletânea de seus escritos *Meu estranho diário*:

A extinção das favelas tem que ser através da reforma agrária, porque nós os favelados somos os colonos que trabalhávamos na lavoura. Quando o fazendeiro não nos deixou plantar nós os colonos emigramos para a cidade. O fazendeiro inconscientemente, implantou a favela nas grandes cidades (apud SANTOS, 2009, p. 41).

Um estudo recente de James Holston situa as relações entre a propriedade e a cidadania no Brasil, tanto no campo como na cidade, enfatizando que a legislação e as práticas políticas relacionadas à propriedade da terra são tópicos em que se revela mais claramente a continuidade das formas de exploração do trabalho instauradas no país, durante a colonização, independente das mudanças históricas e de regimes políticos que tenha atravessado em seus mais de quinhentos anos de existência, como império, democracia representativa ou ditadura. Observa ele que, apesar da igualdade de todos os cidadãos, declarada legalmente no país, uma “cidadania diferenciada brasileira”, garante que certos direitos só sejam alcançados por determinados indivíduos (HOLSTON, 2013, p. 46). Baseado nos estudos de Pierre Bourdieu, Jessé Souza estuda a interferência das diferenças de *habitus* cultural na consolidação e manutenção da estratificação social, a partir dos estudos de Pierre Bourdieu. As dificuldades de acesso à educação formal contribuem grandemente para caracterizar a condição de “subcidadania” ou manter o indivíduo no que chama de “ralé estrutural”, camada subalterna da população alijada dos direitos mais elementares (SOUZA, 2009, p. 36). O fato de estar relegada a uma condição que a exclui da cidadania reflete-se no próprio título do livro de Carolina, chamando o espaço da favela de “quarto de despejo” – como ela explica, o lugar onde se deposita o lixo, aquilo que não interessa a ninguém:

...As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustre de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 1960, p. 37).

Observe-se como no trecho acima Carolina registra a compreensão dolorosa de sua condição social através da percepção sensorial – o contraste entre os objetos prazerosos ao tato e a vista e o ambiente repugnante ao odor. Passagens como essa distinguem a escrita de Carolina Maria de Jesus do simples depoimento ou testemunho ou das obras de romancistas “sociais”, conforme Mario de Andrade caracterizou aqueles que acreditavam que as classes populares têm uma psicologia “fácil precária e lógica” (REGO, 2010, p. 22-23).

A consciência das deficiências do espaço pelo abandono das autoridades e dos efeitos das políticas públicas alheias aos problemas dos pobres surge junto ao temor coletivo da remoção – ameaça constante nas cidades brasileiras até nossos dias. A filmagem de um documentário na favela com o título de *Cidade ameaçada* traz à tona, entre os moradores, o medo de que as autoridades apliquem naquele local a política de remoção de favelas. Carolina parte dessa expectativa dos vizinhos para comentar os sentimentos contraditórios que evidencia, por não poderem contar com opções melhores para a habitação:

... Fui ver a filmagem do documentário do Promessinha. Pedi os nomes dos diretores do filme para por no meu diário. (...) As mulheres da favela perguntavam-me:

- Carolina, é verdade que vão acabar a favela?

- Não. Eles estão fazendo uma fita de cinema

O que se nota é que ninguém gosta da favela, mas precisa dela. Eu olhava o pavor estampado nos rostos dos favelados (JESUS, 1960, p. 180).

Como observei anteriormente neste trabalho, a remoção implicava, na melhor das hipóteses, receber uma casa num bairro muito distante do trabalho sem infraestrutura de transportes ou serviços públicos, como hospitais e escolas, dificultando ainda mais a luta pela sobrevivência dos favelados. A provisoriedade e a precariedade nas condições de vida da população favelada refletem-se no material utilizado na construção de suas casas: Carolina vivia num barraco de madeiras velhas e reconhecia como ideais as habitações mais duráveis, de alvenaria. Deixa claro, em seu diário, que desejava que os filhos adotassem a perspectiva de que era necessário não se habituar àquele espaço e também àquele ambiente social, procurando conseguir melhores condições de vida. Revela também a esperança de que a educação garantisse que não tivessem uma vida tão difícil no futuro. Observe-se como o trecho abaixo articula essas questões:

27 de novembro... Eu estou contente com os meus filhos alfabetizados. Compreendem tudo. O José Carlos disse-me que vai ser um homem distinto e que eu vou tratá-lo de Seu José.

Já tem pretensões: quer residir em alvenaria.

... Eu fui retirar os papéis. Ganhei 55 cruzeiros. Quando eu retornava para a favela encontrei com uma senhora que se queixava porque foi despejada pela Prefeitura.

Como é horrível ouvir um pobre lamentando-se! A voz do pobre não tem poesia (JESUS, 1960, p. 135).

A observação de que o filho poderá ser chamado de “Seu” José e que deverá morar em uma casa de alvenaria indica as relações entre a educação e a aquisição de outro patamar em que mereça um título reservado a pessoas que são respeitadas socialmente; ou seja, exprime-se a esperança de que o filho alcance a condição de cidadão de fato. Em contraste com essa, são frequentes as observações, da narradora sobre os traços que a colocam entre os que sofrem o estigma da identificação com o “*habitus* precário”, conforme definido por Jessé Souza (SOUZA, 2009, p. 41-51). No trecho abaixo, a favelada descreve os atributos que desejava adquirir e poderiam conferir-lhe uma condição social que fuja a essa identificação e seja reconhecida socialmente como de dignidade:

Terminaram a refeição. Lavei os utensílios. Depois fui lavar roupas. Eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos. Mas eu não pretendo relaxar. O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela (JESUS, 1960, p. 23).

Escrever para superar a autodepreciação

A escritora Conceição Evaristo também focaliza em seus dois principais romances, *Ponciá Vicêncio* (2003) e *Becos da Memória* (2006), a vida de mulheres negras e pobres. Seus romances também se constroem a partir das memórias de sua experiência como favelada, anterior a sua formação como professora de ensino fundamental e, posteriormente, seus estudos universitários de graduação e pós-graduação. No romance *Becos da memória*, a protagonista Maria-Nova é claramente *alter ego* da escritora: uma moça favelada que encara o registro escrito das experiências de sua comunidade como uma missão. A narrativa apresenta o momento em que a personagem assume essa tarefa:

Durante o enterro de Tio Totó, Maria-Nova decide: Um dia, e agora ela já sabia qual seria sua ferramenta, a escrita. Um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, de cada um e de o grito abafado que existia, que era todos. Maria-Nova, um dia escreveria a fala de seu povo (EVARISTO, 2006, p. 61).

A perspectiva solidária com o meio em que vivia diferenciava-se da atitude de Carolina Maria de Jesus, que colocava como meta sair do espaço da favela e frequentemente representava seu domínio da escrita e seus contatos com alguns círculos de atividade intelectual como um traço diferencial que lhe conferia a superioridade sobre seus vizinhos. Assim, muitas vezes, Carolina utiliza-se de um modo vingativo de seu livro, como também tem que encarar a antipatia de muitos favelados pelo poder que se arvorava de divulgar os defeitos deles, conforme se pode constatar na cena abaixo:

18 de novembro... Eu estava escrevendo. Ela perguntou-me:
- Dona Carolina, eu estou neste livro? Deixa eu ver!
- Não. Quem vai ler isto é o senhor Audálio Dantas, que vai publicá-lo.
- E porque é que eu estou nisto?
- Você está aqui por que naquele dia que o Armim brigou com você e começou a bater-te, você saiu correndo nua para a tua.
Ela não gostou e disse-me:
- O que é que a senhora ganha com isto?
... Resolvi entrar para dentro de casa. Olhei o céu com suas nuvens negras que estavam prestes a transformar-se em chuva. (JESUS, 1960, p. 138).

A resposta à indagação da vizinha não foi dada verbalmente a esta, e, sim, através de um gesto (a retirada de cena), o que talvez se possa interpretar como uma marcação de superioridade ou diferença de interesses em relação a seu meio – sentido que pode ser reforçado pelo fato de olhar para alto e prestar atenção ao fato de que uma chuva se aproximava (que nada tinha a ver com a situação de conflito). Apesar de, em outras passagens do diário de Carolina, essa atitude de indiferença se alternar com gestos de solidariedade e preocupação coletiva, estabelece-se um contraste com a atitude presente no livro *Becos da memória*, em que narradora constantemente reafirma a perspectiva de que era veículo de representações e histórias coletivas.

Os romances *Ponciá Vicêncio* e *Becos da memória* demonstram que Conceição Evaristo considera que a população negra tem uma memória coletiva da escravidão, que se associa diretamente à condição subalterna no presente. Em alguns sujeitos, os traços dessa memória afloram em suas histórias de vida ou em sintomas de dores e opressões do passado. Um caso exemplar, nesse sentido, é a narrativa do êxodo a que foi obrigado Tio Totó na juventude:

Totó juntou a mulher, a filha e alguns trapos. Nem ele nem ela tinham mais pais vivos. Um surto de tuberculose, que começara na casa-grande, assolara também os escravos. Iriam partir, queriam esquecer as histórias de escravidão, suas e de seus pais. Foram dias e dias sobrevivendo pelo mato. Lembravam histórias mais amenas de campo, de vastidão, de homens nus, de leões em terras longínquas. Lembravam-se de deuses negros, reais, constantes e tão diferentes daquele Deus-Jesus de que tanto falavam os

senhores e os padres. Nesta hora vinha a dor como um espinho rasgando o peito (EVARISTO, 2006, p. 25).

Este personagem contribui para dar a dimensão histórica da questão central que conduz o fio narrativo: a ameaça de desenraizamento da comunidade favelada pela remoção que, concretizada no final da trama, afastará vizinhos, levará a todos para pontos distantes da periferia. O primeiro capítulo do livro, intitulado de “Quem disse que o homem não gostaria de ter raízes que o prendessem à terra?”, apresenta esse personagem como uma espécie de patriarca da família da protagonista, Maria-Nova. Não por coincidência, no relato de sua é caracterizado como uma espécie de matriz a partir da qual se pode compreender a provisoriedade e o desenraizamento a que são submetidos todos naquela comunidade. Pode-se observar o modo com que é inicialmente apresentado no romance:

Quando Tio Totó se entendeu por gente, ele já estava em Tombos de Carangola. Sabia que não nascera ali, como também ali não nasceram seus pais. Estavam todos na labuta da roça, da capina. Sabia que seus pais eram escravos e que ele já nascera na “Lei do Ventre Livre”. Que diferença fazia? Seus pais não escolheram aquela vida e nem ele (EVARISTO, 2006, p. 24).

A narrativa dá voz ao personagem, que demonstra ter consciência de que em seu corpo e em sua memória as marcas da escravidão provocavam uma dor herdada dos antepassados: “Tenho muitas marcas de carga no lombo. Na roça, às vezes, meu pai contava histórias e dizia sempre de uma dor estranha que, nos dias de muito sol apertava o peito dele. Uma dor que era eterna como Deus e o sofrimento”. Definindo mais de perto a natureza dessa dor, acrescenta-se: “Totó entendia, era menino, mas de vez em quando, sentia aquela punhalada no peito. Uma dor aguda, fria, que sem querer fazia com que ele soltasse fundos suspiros. O pai de Totó chamava aquela dor de banzo” (EVARISTO, 2006, p. 24). É coerente com a importância do personagem na estruturação do romance o fato de a protagonista, Maria-Nova, ter descoberto no dia de seu enterro a superação dessa dor, propondo-se a tarefa de transpor para a escrita “o grito abafado que existia, que era todos” (p. 161).

A aspiração mítica pelo retorno, inerente às diásporas estudadas por Stuart Hall (Hall, 2003, p. 28) é apresentada no romance *Ponciá Vicêncio*, em que a loucura da protagonista a leva de volta à estação de trem da cidadezinha para onde havia migrado. Uma coincidência faz com que o irmão, tornado soldado e com quem perdera contato, esteja trabalhando na mesma estação. Ao encontrar a irmã, este reconhece no fato um sinal de que seu destino não era ser soldado. Decide, então, acompanhar a sua irmã:

E no seu primeiro dia de serviço, sem experimentar o gosto do mando, Soldado Luandi José Vicêncio, antes da hora terminada, deixou o posto de trabalho. Pegou a mão da irmã e foi com ela ao encontro da mãe. Boa hora, Maria Vicêncio andava muito aflita. O tempo pedia, era hora de encontrar a filha e levá-la novamente ao rio (EVARISTO, 2003, p. 123).

Daí em diante, a narrativa assume uma linguagem carregada de simbolismo em que a loucura de Ponciá Vicêncio adquire o sentido de uma percepção da realidade que abole os limites cronológicos, colocando-a em contato com a ancestralidade. A protagonista reinventa, através de uma dança que se desdobra no espaço da família, a ligação que vinculava todas as dimensões do tempo:

Chorava, ria, resmungava. Desfiava fios retorcidos de uma longa história. Andava em círculos, ora com uma das mãos fechada e com o braço para trás, como se fosse cotoco, ora com as duas palmas abertas, executando calmos e ritmados movimentos, como se estivesse moldando viva (EVARISTO, 2003, p. 127).

Em *Becos da memória*, o final do romance aponta para direções divergentes: por um lado a protagonista Maria-Nova teria que enfrentar, como toda a comunidade favelada, a dispersão e a perda de referenciais presentes em uma etapa da existência comunitária, provocadas pela remoção; por outro lado, a protagonista teria à frente um outro destino em que poderia sublimar as dores da condição socialmente subalterna, pois descobriria que a escrita seria o solo possível de seu enraizamento.

Esse romance, como o diário de Carolina de Jesus, apresenta uma questão recorrente em certo nicho da produção literária contemporânea, conforme vem sendo apontado por estudos críticos atuais, como o de Leila Lehen (2013): o fato de funcionar como instrumento de empoderamento nas classes subalternas. Este fenômeno que ficou claro na trajetória de Carolina Maria de Jesus se reproduz, com novas cores e implicações, com o surgimento de escritores que viveram em periferias urbanas e favelas brasileiras e que vinculam a sua produção a essa experiência. Delineia-se, na trajetória de figuras como Ferréz, de Sérgio Vaz e de um grupo de escritores ligados à chamada Literatura Marginal ou aos saraus da COOPERIFA na periferia urbana de São Paulo, a importância da atividade literária para a autoestima e a possibilidade de que o reconhecimento da importância de sua contribuição ao conjunto da sociedade repercuta na comunidade. Pelo menos, favorecendo a que se possa supor, no “asfalto” – os bairros de classe média e alta nas cidades brasileiras – que também nas periferias existem cidadãos que discutem criticamente a sua realidade e no dia a dia não

contribuem para a *pólis* apenas com a sua mão de obra barata ou por sua participação nas taxas de mortalidade ligadas à fome, às doenças e à criminalidade.

Referências bibliográficas:

ALENCAR, José de. *Cartas a favor da escravidão*. Organização de Tâmis Parron. São Paulo: Hedra, 2008.

AMADO, Jorge. *Jubiabá*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

_____. *Seara Vermelha*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.

_____. *Tenda dos milagres*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record; Natal: UFRN, 1996.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

_____. 2006. *Becos da Memória*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Tradução de Claudio Carina. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Livraria Francisco Alves / Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1960.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEHNEN, Leila. *Citizenship in crisis in contemporary Brazilian Literature*. New York: Palgrave MacMillan, 2013.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1977.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

_____. *Bangüê. Moleque Ricardo. Usina*. In: _____. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. In: SOUZA, Jessé (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.23-69.

Consultados na Internet:

BANCADA ruralista: tudo pela terra. *Carta Maior*. On-line. 13/10/2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Bancada-ruralista--tudo-pela-terra/4/29182>. Acessado em 30/04/2014.

BIOGRAFIA Kátia Abreu. <http://senadorakatiaabreu.com.br/biografia/>. Acessado em 07/11/2015.

CPDOC (Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas). Reformas de base. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base/. Acessado em 30/04/2014.

“É a terra que querias ver dividida”: the land issue in Brazilian Literature

Abstract: The model of rural and urban property in Brazil relates to many remaining problems in the country, as the extreme social inequalities and rural exodus, which affects the lack of adequate lodging to the working class, the unemployment and violence in the cities. That propriety regimen, whose main lines had been sketched in the course of the building of Brazil as a nation independent of Portugal, matches the juridical model of „differentiated citizenship“ (James Holston). Some literary works of Brazilian modern and contemporary authors present the consequence of that remaining model of excluding modernity to the country. This article examines different literary approaches to that problem in two distinct periods in which it revealed its grievousness and extension. These periods correspond to two important modernisation booms in Brazil: the decade of 1930 and of 1960; the first, in the Vargas regime, and the second motivated by the developmental politics of the President Juscelino Kubistchek. Are privileged in this study José Lins do Rego’s novel *O moleque Ricardo* (1935), relating to the works of other authors identified with „the thirties generation“ in Brazilian modernism; and the diary of a „favela“ inhabitant Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo* (1960). Additionally, a parallel is traced between those works and two novels published by another woman inhabitant of “favela”, Conceição Evaristo’s *Ponciá Vicêncio* (2003) e *Becos da Memória* (2006). Those works brings to light recent consequences of the implantation of the model of excluding modernisation in Brazil.

Key words: Literature and modernisation in Brazil. Literature and landing problems in Brazil. Rural exodus and Brazilian literature. The literature by favela’s women writers.

Recebido em: 08 de outubro de 2015.

Aprovado em: 08 de novembro de 2015.